

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

05 a 11 de abril de 1992 nº 32

ANGOLA: Os desdobramentos da crise da UNITA

A atual crise da UNITA assumiu maiores proporções em decorrência, fundamentalmente, de três fatores: as fortes acusações de violação dos direitos humanos, a posição dos dissidentes na hierarquia do movimento, e a repercussão internacional num período de preparação para as eleições, quando o discurso mais desenvolvido é o da democracia e o respeito aos acordos de Bicesse.

A existência de outras dissidências, em um passado muito recente, com a ausência de alguns desses ingredientes, comprovam tal afirmação. Em maio de 1988, um grupo de estudantes da UNITA rompeu, em Lisboa, com a sua direção acusando-a de violação dos direitos humanos. Savimbi respondeu de imediato afirmando que aquele grupo estava a serviço do MPLA numa campanha de difamação contra a UNITA. Três meses mais tarde é a vez de Jorge Chicoti (segurança de Savimbi) e Alcides Justo abandonarem o movimento, ambos porém, optaram pela saída sem contestação pública. No primeiro caso as acusações foram implementadas por setores que não detinham o poder dos atuais dissidentes e no segundo, o silêncio impediu maiores repercussões. No entanto, ambas tiveram algo em comum: ocorreram num momento em que a UNITA atuava como movimento de oposição ao governo e, em consequência, não era obrigado a demonstrar a transparência, que hoje necessita. O processo de transformação da UNITA de movimento em partido político, tem apresentado uma série de problemas, que demonstram a dificuldade de ajustamento da organização à vida civil e democrática. A direção ditada anteriormente implementada por Jonas Savimbi, não se mostra eficaz quando precisa gerenciar as diversas tendências, sempre existentes, em qualquer organização política e agrava ainda mais este processo de transformação.

Quanto às repercussões internacionais, a atual crise da UNITA é condensada nas acusações de violação dos direitos humanos, que como consequência mais importante, pode ser responsável pelo fim da ajuda

NESTA EDIÇÃO:

Angola: eleições marcadas
p.03

O enclave de Cabinda
e suas diversas tendências
p.04

Cólera
em Moçambique
p.10

P.A Swanepoel, embaixador sul-africano em Portugal, escreve sobre a "Nova Ordem Democrática na África do Sul"
p.12

financeira, ou, o que é mais provável, a diminuição desta, por parte dos EUA. A estratégia americana de apoio a Savimbi ficou muito prejudicada, pois o líder da UNITA afirmou, nos fins do ano passado à sub-comissão para a África do congresso norte-americano, que Tito Chingundji estaria vivo e seria apresentado em janeiro deste ano à imprensa internacional. Esta afirmação, logicamente, não pode ser cumprida, pois Tito já havia sido assassinado na época deste pronunciamento juntamente com Wilson dos Santos. Para desespero da UNITA o prazo para o cumprimento da autorização do congresso norte-americano de auxílio ao movimento expirou formalmente na semana passada.

O MPLA, no entanto, começa a demonstrar uma certa incapacidade política na busca por maiores dividendos face a crise da UNITA. A sua estratégia neste momento deveria ser direcionada no sentido da democratização do partido, com a possibilidade da convivência entre as diversas tendências históricas no interior do movimento. Esta postura que demonstraria um alto grau de amadurecimento político, a UNITA, por sua vez, não consegue desenvolver no seu processo de transformação em partido político.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

Todavia, o Comitê Central do MPLA parece não compartilhar desta idéia, já que manteve seus atuais membros, inclusive os que possuem graves acusações de corrupção, e negou a criação do posto de vice-presidente, que atenderia aos anseios de Daniel Chipanda, o organizador da campanha de reaproximação dos grandes quadros do partido que haviam se afastado. Existe ainda uma possibilidade de alteração nesta postura, que parece desconhecer as artilhanças de uma disputa eleitoral, através da realização do congresso do partido, marcado para fins de abril. (pp. 01 a 09)

MOÇAMBIQUE: Cólera e massacres

Moçambique tem, registrados, 3251 casos de cólera, segundo dados divulgados pela OMS (o total declarado de casos na África é de 3703). O jornal Público reportou a ocorrência de um massacre no Centro Catequético do Guíuia (a 10 quilômetros de Inhambane), no dia 22 de março. De acordo com um texto do bispo da diocese, 14 famílias de catequistas encontram-se no Centro para assistir a um curso de formação. Não é possível, aparentemente, identificar quem seria responsável por este ato bárbaro, onde os assaltantes raptaram as pessoas que não conseguiam fugir, e após selecionar as que permaneceriam com eles, assassinaram as demais. O saldo foi de 23 mortos, entre os quais cinco crianças.

A AIM, agência governamental de informação, denunciou que a Renamo fez uma emboscada em Chonguene, na província de Gaza, a 18 quilômetros de Xai-Xai; nove pessoas morreram, e oito ficaram feridas. Teriam sido raptadas diversas pessoas, em número indeterminado. (p. 10)

ÁFRICA DO SUL: quem reinará realmente governará?

Prosseguem as negociações para o delicado projeto de constituição de um governo democrático multiracial. Algumas projeções delimitam o prazo de quatro meses (o ANC fixou o mês de julho) para que representantes da maioria negra componham um Poder Executivo de transição.

A proposta apresentada pelo ANC no âmbito da CODESA adianta que o seu plano de transição inclui a eleição de uma Assembléia Constituinte com 400 representantes eleitos. Entre os quais, 40 especialistas elaborariam uma Constituição no prazo máximo de quatro meses.

As divergências vão desde o Inkhata que tenta impedir as eleições gerais alegando que antes deverá cessar a violência política e étnica; passa pela proposta do PN para a divisão em duas Câmaras da futura Assembléia. A Câmara Alta simplesmente cederia poder de veto às minorias (sem dúvida, uma armadilha política que o ANC deve rejeitar terminantemente); outro ponto de discórdia é sobre a percentagem que cada força política deve alcançar para ser representada na Assembléia; outras divergências incluem as oposições à esquerda (PAC, AZAPO, BCMA e outros) e à direita (Partido Conservador e outros grupos).

Quando o PN propõe a criação de governos regionais federados ou confederados (proposta que parece encontrar apoio no Inkhata e em outras forças políticas), e o ANC contrapõe com a proposta de uma África do Sul unitária, o que devemos ter em mente é que no caldeirão político que se constituirá a Assembléia Constituinte, em jogo estará não apenas a desejável fixação constitucional da futura democracia multiracial sul-africana, mas, essencialmente, a ordem econômica e as estruturas de poder que sustentarão ou não aquele emblema democrático. (p. 11 e 12)

Turismo: PALOP e a experiência das Caraíbas

OS PROVENTOS de uma cooperação entre instituições públicas e privadas que funcione no sentido Norte-Sul complementam-se também com os ganhos a adquirir de uma troca de experiências entre países do Sul.

A este respeito pode assinalar-se que, para o continente africano, as melhores lições vêm tanto das Caraíbas, ou Antilhas, como dos pequenos «dragões» da região indochinesa que são, por exemplo, Hong-Kong e Macau.

Se do Golfo do México se extrai uma especialização na oferta de produtos turísticos centrados no alvo «sol/praias», do lado do oceano Índico tem-se aprofundado melhor o aproveitamento dos casinos e do jogo.

Neste contexto, uma cooperação Sul/Sul só pode efectuar-se, para ser eficaz e mutuamente vantajosa, se tiver em conta as

particularidades da experiência de cada um. Não se procuram parceiros para uma troca de valores que não se tenha devidamente ensaiado e provado com êxito no seu próprio terreno.

O que teriam a aprender os países integrantes do grupo dos «cinco» da lusofonia africana, da experiência turística de eventuais parceiros do Sul dos arquipélagos das Antilhas e/ou de Hong-Kong e mesmo de Macau?

Numa altura em que Cabo Verde parece empenhado em valorizar o «trânsito» pelo seu território de dezenas de originários destas ilhas orientais em troca de uma certa rentabilização das suas possíveis estadas (v. EXPRESSO de 7/3/92), pode pensar-se que a fonte de rendimentos neste caso seja essencialmente demográfica.

E quando alguns responsáveis dos países das Caraíbas afirmam que «the time has come for us to look towards exchange of visits with África», como sublinhou à revista *The Courier* (Setembro/Outubro, 1990), dos ACP/CEE o ministro do Turismo e dos Desportos de Barbados, o caminho encontra-se aberto para uma melhor transferência de conhecimentos entre antilhaneses e africanos.

Este dirigente reconheceu que os das Caraíbas «would be stupid not to really escalate their efforts to turn to their brothers in Africa», na medida em que levaram algum tempo a dar-se conta do fosso que ainda separa as trocas turísticas entre os dois continentes.

De qualquer modo, e graças a uma melhor oportunidade de conhecimento recíproco que caracteriza actualmente as relações internacionais, falta perguntar se os africanos saberão corresponder a estas solicitações para desenvolver os seus próprios empreendimentos turísticos e explorar com a maior rentabilidade possível estes novos «corredores» da cooperação.

Quando, após a recente cimeira de chefes de Estado realizada em S. Tomé, os membros dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa se decidiram pela clara orientação do grupo no sentido de uma maior rentabilização económica dos seus laços históricos e das suas relações de cooperação, não seria estranho que também no domínio do turismo obtivesse daqui em diante maior atenção, tanto no interior do grupo como com os outros parceiros da mesma área linguística que são o Brasil e Portugal.

Em matéria de cooperação Sul/Sul, ao nível destes países, não seria surpresa que por exemplo o turismo de S. Tomé e Príncipe recebesse de Cabo Verde quadros e pessoal com alguma experiência, e de Angola algum capital para investir neste tipo de empreendimento?

Mesmo entre países com economias em vias de desenvolvimento, o turismo como fonte de receitas complementares pode beneficiar também dos «imperfeitos» (por vezes mais directos) laços de cooperação. Torna-se necessário reconhecer as alternativas que permite num contexto internacional economicamente mais estratificado e com uma segmentação de mercado cada vez mais ajustada às aspirações da livre concorrência.

J. Carlos Ribelro
Lisboa

Brasil renegocia

O BRASIL pretende iniciar em Junho o processo de renegociação das dívidas dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), segundo anunciou o jornal «O Estado de São Paulo» na sua edição de ontem. Os países em causa surgem todos como devedores de Brasília, num montante que ascende a dez mil milhões de dólares (1420 milhões de contos). O Governo brasileiro promete assumir o mesmo rigor dos seus credores e cobrará o pagamento dos empréstimos sem descontos. ■

Angola em Sevilha

APESAR DE A Comunidade Europeia ter pago as despesas de construção do «stand» de Angola no Pavilhão Angolano da Expo-92 — que abre no dia 20 —, este país necessita gastar com a sua participação cerca de 70 mil contos, que o Governo local se recusa a disponibilizar, informa a agência Lusa. Por isso, os organizadores da representação em Sevilha procuram financiamento junto de empresas nacionais e estrangeiras, aguardando mesmo a resposta de alguns «bancos portugueses», admitiu Ana Oliveira, comissária angolana para a Expo. Ana Olive-

ira afirmou que a delegação de Angola, apesar de «modesta», representará o país «com uma certa dignidade, mostrando as suas potencialidades». O «stand» de Angola terá 180 metros quadrados e está a ser decorado pelo artista plástico António Ole, de acordo com uma concepção do arquitecto Jorge Bettencourt. «A nossa presença terá uma forte componente cultural que será complementada, durante os seis meses, com acções na área do turismo, hotelaria, indústria, agricultura e pescas», afirmou a comissária. Pelo «stand» passarão artistas plásticos com exposições individuais e colectivas, grupos de dança, teatro e música, e escritores como Costa Andrade, João Melo, Luatidino Vieira, Oscar Ribas, entre outros. ■

PRD ANGOLANO REABRE QUESTÃO DO 27 MAIO — O Partido Renovador Democrático (PRD) entregou uma carta aberta ao Presidente José Eduardo dos Santos, pedindo esclarecimentos sobre as «mais de 30 mil pessoas presas», após os acontecimentos do 27 de Maio de 1977. Nesta data, verificou-se em Luanda um golpe de Estado dirigido por Nito Alves, chefe de uma fracção do MPLA, a cujo fracasso se seguiu uma vaga de repressão. A carta, cujo conteúdo foi ontem revelado à Lusa pelo secretário-geral do PRD, Luis dos Passos, lembra ao Presidente que «dezenas de milhares de angolanos» foram detidos pelo «Estado, por decisão do Bureau político do MPLA, de que José Eduardo dos Santos era membro», na altura.

Expectativa no Leste de Angola

Savimbi fala hoje

JONAS Savimbi, líder da UNITA, volta hoje aos actos públicos, depois de mais de um mês de recolhimento na Jamba, seu quartel-general, no Sueste de Angola.

O homem que há mais de 17 anos combate o MPLA faz um comício em Luena e segue depois para Luanda, onde amanhã dá uma conferência de imprensa, a primeira desde que em fins de Fevereiro seguiu para a Jamba, alegadamente por ter um irmão muito doente.

O comício de Luena deve ser dominado pelas conclusões do inquérito às circunstâncias em que foram mortos Tjto Chingui e Wilson dos Santos, antigos dirigentes da UNITA. A questão ganhou ainda maior acuidade após a carta enviada por Savimbi à administração norte-americana, a confirmar as mortes e a responsabilizar por elas Miguel N'Zau Puna, que o mês passado se afastou do movimento. Puna reagiu de imediato, chamando «mentiroso» ao seu antigo chefe.

Abel Chivukuvuku, responsável pelas relações exteriores do grupo de Savimbi, admite a possibilidade de o «líder» intervir amanhã num comício previsto para Luanda, depois da conferência de imprensa que

deverá dar logo à chegada.

A escolha de Luena como ponto de partida para um novo périplo do presidente da UNITA pelo território angolano, a cinco meses das eleições legislativas e presidenciais, não foi explicada por nenhum dos dirigentes contactados pelo PÚBLICO, admitindo-se porém que possa ter a ver com o facto de ali ter começado há dias a desmobilização dos dois antigos exércitos de Angola.

Barómetro de popularidade

Um comício em Luanda seria um barómetro da popularidade do grupo na capital, depois das deserções de N'Zau Puna e de Tony da Costa Fernandes e da revelação das mortes na Jamba, assuntos em destaque nos órgãos de comunicação social tutelados pelo Governo (Rádio, Televisão, agência noticiosa e «Jornal de Angola»).

Para já, os luandenses parecem sobretudo preocupados com a devolução pelo Banco de Angola do dinheiro que lhes ficou retido aquando da troca da moeda em Setembro último, devolução que nos úl-

timos três dias provocou filas intermináveis à porta das agências bancárias.

A UNITA convidou órgãos de comunicação social portugueses a estarem presentes no comício de hoje em Luena e na conferência de imprensa de amanhã, tendo chegado a sugerir a hipótese de uma visita à Jamba. Mas a deslocação não se efectua, tal como ontem aconteceu com os jornalistas que se preparavam para acompanhar ao quartel-general de Savimbi um grupo da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF).

Já no aeroporto de Luanda, segundo o relato da agência ANGOP, o brigadeiro Mackenzie, chefe-adjunto da UNITA na CMVF, manifestou-se contra a presença dos jornalistas, por considerar que se tratava de «uma missão de fiscalização e não de propaganda».

A questão da Jamba ameaça ser uma das mais complicadas do futuro próximo, dado que Luanda não consegue fazer chegar ali a administração central do Estado. E, enquanto isto, a Assembleia do Povo continua reunida na capital, para aprovar as leis que regerão o processo eleitoral. ■

António Matos, em Luanda

Militares angolanos iniciam regresso a casa

A DESMOBILIZAÇÃO dos militares da UNITA e do MPLA começou ontem, com uma cerimónia em que ambos os partidos reafirmaram a aposta na paz. O cenário escolhido — a província do Moxico — teve muito de simbólico: foi o palco dos últimos confrontos armados entre o MPLA e a UNITA e foi também aqui que, pela primeira vez, os comandantes das frentes de combate dos dois lados se sentaram à mesma mesa, em Maio do ano passado.

«É pena que não tenha sido possível iniciar a desmobilização mais cedo, porque é um passo fundamental para a paz em Angola. De qualquer modo, o acto de hoje correu bem e estou certo de que entrámos no caminho da desmilitarização», afirmou o embaixador António Monteiro, representante português na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM).

Transportados de helicóptero desde Luena, cidade capital da província do Moxico, a comitiva da CCPM e os jornalistas dirigiram-se para o Leste, sobrevoando um mosaico de savana e floresta aberta ao longo de cerca de 20 quilómetros. Chegaram, então, ao acantonamento de Kamitongo, onde 5783 militares das FAPLA aguardavam a cerimónia da desmobilização.

O ambiente era de descontração, sob um calor torrido. Simbolicamente, foram entregues os passaportes a cinco dos militares a serem desmobilizados, que receberiam também um envelope contendo o primeiro pagamento do subsídio para apoio à reintegração social — um soldado receberá por mês 22 mil novos kuanzas, cerca de 15 dólares no câmbio livre. A impossibilidade de transportar ao mesmo tempo todos os desmobilizados para as suas terras de origem obriga a acantonamento até ao próximo dia 6 de Março.

Ao meio-dia, iniciou-se a viagem para o acantonamento da

UNITA. De Kamitongo até a Chicuala, em direcção ao Oeste, os helicópteros das Nações Unidas percorreram cerca de 50 quilómetros. Ali estão acantonados 2872 militares das FALA, o exército da UNITA.

Com o som persistente dos tambores e dos cantos de guerra, quem chega advinha ao longe perfilados a rigor no campo de futebol desta sanzala, os homens fardados manteram-se em sentido durante mais de três horas, para ouvir discursos.

As duas cerimónias ocorreram sem sobresaltos. Em Kamitongo o representante do Governo angolano, tenente-general António dos Santos França "N'Dalio", falou de um passo decisivo: "Este momento era aguardado por muitos, não só os militares a serem desmobilizados, mas pelo nosso povo, porque demonstra que estamos no caminho da paz."

Por seu turno, o chefe da representação da UNITA na CCPM,

Salupeto Pena, fez na Chicuala um discurso recheado de veementes apelos à paz: "Os desmobilizados devem ser mensageiros da paz e conciliação nacional de todos os angolanos." Para Salupeto Pena tinha sido dado "o passo mais importante para a paz, desde o cessar-fogo".

Também os representantes da Rússia e dos Estados Unidos da América, Vladimir Penkov e Jeffrey Millington, afirmaram ter saído reforçado o processo de paz, mas não lidem as dificuldades que se esperam até às eleições de Setembro. "Ainda há desconfortos, mas os partidos vão superá-los. Mas difícil vai ser a preparação das eleições, sobretudo o registo eleitoral num país tão grande e com tão poucas estruturas vai ser muito complicado. Mas as eleições livres têm de se fazer em Setembro, porque são a única saída para este povo e para o país", sintetiza Jeffrey Millington.

António Matos, na cidade de Luena

desempregados, se não forem tomadas medidas suplementares de protecção dos militares. A UNITA, de resto, tem-se manifestado apreensiva quanto ao destino dos seus homens, cujo perfil é diferente dos militares das FAPLA, que entre soldados e sargentos receberam cerca de 10 a 18 contos de recompensa, correspondentes a cinco anos de vencimento. Os oficiais a desmobilizar deverão receber 30 contos, devendo o Governo disponibilizar para

toda a operação de cobertura financeira dos salários dos desmobilizados de ambos os exércitos cerca de 71 mil milhões de kuanzas e 51 milhões de dólares.

Entretanto, prevê-se que até dia 8 sejam desmobilizados cerca de mais 3 mil militares, cujos programas de reintegração social poderão vir a beneficiar de facilidades de créditos por parte de vários

bancos sul-africanos. Da África do Sul deverão chegar ainda em breve a Angola viaturas «todo-o-terreno», que se destinarão aos desmobilizados. Luanda deverá, entretanto, enviar brevemente para Pretória militares para receberem formação, ao mesmo tempo que os dois países poderão formar uma empresa mista neste domínio. Angola deverá, por outro lado, iniciar a

exportação da sucata de veículos militares destruídos durante a guerra, cuja reconversão poderá vir a beneficiar a indústria angolana de construção civil, numa operação que inaugura um ciclo de intervenção cada vez mais actuante dos sul-africanos na consolidação da paz e na reconstrução económica de Angola.

Gustavo Costa em Luanda

Desmobilização e eleições dão novas garantias de paz

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE ABRIL DE 1992

O ANÚNCIO, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, da data das eleições gerais em Angola — em 29 e 30 de Setembro — e a próxima aprovação do pacote legislativo que vai regular o processo eleitoral abrem uma nova fase na aplicação dos acordos do Estoril, capaz de caucionar mais garantias de pacificação e democratização do país.

Eduardo dos Santos afastou qualquer hipótese de vincular a sua proposta à data indicada por Jonas Savimbi, que apontava como data ideal para a realização do acto eleitoral o último fim-de-semana de Setembro.

A sessão do parlamento angolano decorre depois de prolongadas consultas multilaterais e bilaterais entre o Governo e a oposição, mergulhados num braço-de-ferro que tem feito aumentar o tom das críticas das forças políticas à forma como alegadamente o Executivo manipula a discussão das leis reguladoras da transição.

Em Luanda pensa-se que esta sessão possa produzir acasas discussões em torno dos principais instrumentos jurídicos que geraram polémica entre o Governo e a oposição, com esta a ser acusada por Eduardo dos Santos de ser a principal responsável pelo atraso verificado na aplicação desses instrumentos. A obrigatoriedade da livre circulação de pessoas e bens e a extensão da administração do Estado às áreas controladas pela UNITA constituem um dos pontos que deverá levar os deputados a

tomarem uma posição de maior dureza em relação ao movimento de Jonas Savimbi.

Eduardo dos Santos, de resto, não pouparia a UNITA, ao vincular as recentes deserções de altos dirigentes rebeldes aos preocupantes níveis de violação dos direitos humanos que se registam nas suas áreas de controlo. Apesar do tom mar-

cadamente crítico, o Presidente revelou-se prudente e defendeu uma actuação serena e apaziguadora do Governo que «acentuará a democratização da sociedade angolana». Entretanto, em carta-aberta recentemente dirigida ao Presidente da República, o PRD pretende saber o destino dado às vítimas da intenciona de 27 de Maio.

Aparentemente indiferente às investidas da oposição, que reclama a realização de um debate a nível nacional sobre os direitos humanos em Angola, é na preservação da paz que Eduardo dos Santos continua a fazer a sua principal aposta, imputando responsabilidades à UNITA pelas suas frequentes violações.

A simultaneidade das eleições presidenciais e legislativas, os mecanismos de voto e recenseamento e a observação internacional do sufrágio parecem constituir temas dominantes nos trabalhos do Parlamento, que deverão prolongar-se por uma semana.

A assembleia do povo reúne-se, entretanto, numa altura em que os angolanos vêem nascer uma nova luz de esperança na

consolidação da paz, com o início formal da desmobilização dos primeiros efectivos militares das FAPLA e das FALA. Curiosamente, também a província do Muxico, palco da batalha dos 45 dias que antecedeu a assinatura dos acordos do Estoril há um ano, foi o cenário escolhido para, simbolicamente, seis militares das forças governamentais e 20 das FALA despirem definitivamente as fardas.

A cerimónia do Luena enquadra-se ainda, no entanto, numa fase experimental do processo de desmobilização, visto por alguns observadores como «expressão da vontade efectiva das suas partes acelerarem o desmantelamento dos dois partidos armados». Os militares de ambas as partes, cansados de guerra, parecem pretender imprimir uma dinâmica de trabalho na comissão das forças armadas (CFA), que ultrapassa as querelas electoralistas, que dividem as cúpulas do MPLA e da UNITA.

A própria crise que o movimento de Jonas Savimbi atravessa neste momento parece estar a ser, aliás, ignorada pelos militares, que exibem uma postura moderada e desdramatizadora, em relação a eventuais focos de tensão.

Observadores estrangeiros na CCPM reconhecem, no entanto, que o processo de desmobilização não será fácil. Os mecanismos técnicos de enquadramento social dos desmobilizados está a preocupar a opinião pública, receosa de ver engrossar o exército de

Ajuda de emergência para Angola

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 3 ABRIL 1992

A COMISSÃO Europeia decidiu conceder cerca de 360 mil contos de ajuda alimentar de urgência a Angola, soube-se ontem em Bruxelas.

A ajuda inclui 1800 toneladas de óleo vegetal e 350 toneladas de outros produtos. É concedida ao abrigo da Quarta Convenção do Lomé — acordo de cooperação entre a Comuni-

dade e os Estados da África, Carafbas e Pacífico.

Em comunicado ontem divulgado, a Comissão refere alguns dos maiores problemas que afectam a população angolana, 11 meses após o fim da guerra civil, sublinhando o carácter urgente da ajuda. Alguns dos motivos citados: o regresso em massa de refugiados vindos

do Zaire e da Zâmbia, a desmobilização dos soldados, os riscos crescentes de epidemias suscitadas pela existência de milhares de desalojados em estado de subnutrição.

Angola é um dos países contemplados pelo programa de ajuda alimentar extraordinário que ontem foi também proposto aos Doze pela Comissão. ■

A aposta na formação profissional

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 2 ABRIL 1992

EM ANGOLA, cerca de 150 mil homens vão regressar até Agosto à vida civil. Enquanto se manifestam receios de que muitos venham a recorrer à delinquência para sobreviver, está já em curso um programa de formação profissional que pode atingir 60 mil desmobilizados.

Daniel Chindumba, 30 anos, pai de três filhos e 12 anos de guerra nas fileiras do MPLA, e Tiago Savikeia, pai de quatro filhos, 28 anos de idade, dos quais os últimos 17 passaram nas matas com o exército da UNITA, são dois dos cidadãos angolanos que terça-feira regressaram à vida civil. Como eles, mais cerca de 150 mil ex-combatentes da UNITA e do MPLA serão desmobilizados até ao próximo mês de Agosto, abrindo-se-lhes um horizonte de incertezas quanto à reintegração social. Ainda muito jovens, sobretudo com idades entre os 20 e os 30 anos, a maioria dos desmobilizados transporta para a vida civil a herança inútil de um convívio com os tiros e com as minas que lhes roubou a possibilidade de aprenderem uma profissão, de frequentarem uma escola.

Como único aspecto positivo, e segundo um estudo realizado nos últimos meses do ano passado, que incidiu sobretudo nos mi-

litares das FAPLA (exército do MPLA), o desmobilizado não é analfabeto — concretamente, menos de um por cento dos efectivos não sabiam ler e escrever.

Preocupados com esta realidade, o Governo angolano e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em colaboração com a OIT, estão a preparar alguns sistemas de apoio à reintegração social dos desmobilizados, designadamente na área da formação profissional. "Se não actuarmos a tempo, o mais certo é que os desmobilizados recorram à delinquência para sobreviverem", disse ao PÚBLICO uma fonte do gabinete do primeiro-ministro angolano, onde funciona o GIAMDA, um gabinete interministerial para coordenar os programas de apoio aos ex-militares.

E o tempo parece ser muito escasso, apesar de nos próximos dez meses os ex-combatentes irem receber um subsídio que varia entre os 22 mil novos kuanzas (cerca de 15 dólares), para os soldados, e os 166 mil (cerca de 110 dólares), para os oficiais superiores. Esta quantia (no caso dos soldados, que são a maioria) é manifestamente insuficiente para a sobrevivência destas pessoas, que em muitos casos recebem apenas uma muda de roupa civil ("por insuficiência de

verbas", segundo a mesma fonte do gabinete do primeiro-ministro) e dirigem-se às suas terras de origem sem terem a certeza do reencontro com os familiares, como é o caso de Miguel Caleio, 31 anos, ex-FAPLA: "Vou para o Bailundo [Huambo], mas não sei se vou encontrar os meus pais e os meus irmãos. Desde que vim para a guerra, há nove anos, não tenho notícias deles... nem eles de mim."

Programa para 60 mil

O programa de formação para os demobilizados (PAFDE), a desenvolver pelo Ministério da Educação, com o apoio técnico do PNUD e da OIT e financiamentos já garantidos (com cerca de 50 por cento do total dos custos do programa que rondarão os 16 milhões de dólares), começará no próximo mês e vai desenvolver-se nos seguintes 20 meses.

Segundo Paulo Bácia, conselheiro técnico do projecto, as acções de formação vão desenvolver-se em 37 centros de formação, cobrindo quase todo o território em 56 especialidades, desde a metalomecânica à construção civil, passando pelos serviços. Para que os formandos tenham depois sucesso no mercado de trabalho, a forma-

ção "vai incidir em sectores onde existem indicadores de grande procura de mão-de-obra e onde se perspectiva que essa procura cresça logo que se inicie a reconstrução do país, designadamente, a construção civil, as obras públicas, mecânica, carpintaria, etc."

Este programa de formação está previsto para cerca de 20 mil desmobilizados, que, através de folhetos informativos a distribuir ainda nos acantonamentos, poderão fazer a sua opção. Os desmobilizados que se dirijam para zonas não providas de centros de formação poderão vir a utilizar unidades móveis. Segunda componente deste programa, na linha de experiências anteriores da OIT noutros países africanos, é a formação com o lema "desenvolve o teu negócio", vocacionado para "a formação inicial do pequeno comerciante ou do mecânico que quer fazer uma oficina", explica Paulo Bácia. Ainda nos próximos 20 meses será desenvolvida a formação para o desenvolvimento rural, dirigida a cerca de 40 mil formandos, cujo sucesso passa pe-

Luanda

PÚBLICA

DOMINGO, 5 ABRIL 1992

A cinco meses das eleições

ANGOLA continua a não saber com clareza se as suas eleições legislativas e presidenciais vão ou não ser em simultâneo, pois o Chefe do Estado, José Eduardo dos Santos, apenas manifestou na última semana a intenção de convocar eleições para os dias 29 e 30 de Setembro; sem dar pormenores.

Durante os debates da chamada reunião multipartidária e nas consultas do Governo com a UNITA não se chegou a um consenso sobre o assunto, embora seja maioritária a corrente de que as duas eleições devem realizar-se ao mesmo tempo. Até mesmo por uma questão económica.

Há formações políticas a advogar, porém, que os dois actos sejam separados, sobretudo para evitar que o MPLA e a UNITA possam tirar vantagem do prestígio dos respectivos líderes, José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi, que vão ser candidatos presidenciais.

Tudo indica que as eleições vão ser essencialmente entre aqueles dois grupos e os seus chefes, mas com a votação em separado ficava a hipótese de outras formações políticas dis-

putarem uma boa fatia do bolo, conseguindo lugar no novo Parlamento, o que já não deverá acontecer em caso de simultâneas.

A definição exacta da espécie de eleições que Angola vai ter nos dois últimos dias de Setembro poderá ser feita dentro de alguns dias, logo que termine a presente sessão da Assembleia do Povo (Parlamento do regime cessante). Primeiro haverá que aprovar a lei eleitoral e demais legislação complementar, para depois se nomear o Conselho Nacional Eleitoral. Os deputados começaram sexta-feira a discutir aquele diploma de mais de 250 artigos e decidiram que a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), criada pelos acordos de paz, não deverá ter assento no Conselho Eleitoral.

Conselho eleitoral

De um modo geral, os membros daquele Conselho estão já escolhidos, faltando apenas saber quem será o respectivo presidente. Mas há ainda que tratar da observação internacional

das eleições e da lei da radiodifusão, que segundo a proposta governamental proibirá as rádios partidárias (o que em especial irá afectar a UNITA, que tem uma emissão de ondas curtas a partir da Jamba e uma de frequência modulada a partir de Luanda).

Admite-se que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venha a ser presidido por um juiz do Supremo, mas há também quem defenda que tal responsabilidade caiba ao ministro da Administração do Território.

Outras leis em debate são a do direito de antena e a do direito de resposta política, para além da que irá constituir o Conselho Nacional de Comunicação Social.

A alteração da lei dos partidos políticos é outro dos pontos na agenda do Parlamento angolano; e dela resultará eventualmente uma maior facilidade para a inscrição dos partidos no Supremo Tribunal. Até agora, a pouco mais de cinco meses das eleições, o MPLA é o único partido oficialmente registado, pois a documentação apresentada por outros grupos foi considerada incompleta. ■

Vitor Silva, em Luanda

la prioridade dada aos desmobilizados na redistribuição da terra.

Quando regressar a Benguela, Daniel Chindumba — que queria tirar um curso de mecâni-

ca — talvez possa ser um dos primeiros a encontrar neste programa o ponto de partida para a sua reintegração na vida civil. ■

António Matos, em Luena